



**UMA
POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL
PARA O
SÉCULO XXI**



Lisboa – Fevereiro de 2005

CONTEXTO

Os anos finais do século XX determinaram grandes transformações nos processos que condicionam economia e políticas internacionais, num movimento intensificado ainda nos primeiros anos deste século XXI, que configuram e apelam à construção de novas formas de organização da sociedade a todos os níveis.

Sem mergulharmos nas profundas e diversificadas análises teóricas que sobre esta questão têm sido objecto de reflexão, limitamo-nos a apontar alguns dos aspectos determinantes que, a nosso ver, deverão condicionar a definição e implementação de uma política actual e actualizada de desenvolvimento local, nomeadamente em meio rural.

Os processos mais relevantes das transformações referidas, centram-se essencialmente em duas dimensões fundamentais:

A dimensão territorial – Nunca como agora a velha expressão de Sócrates “não sou Ateniense nem Grego, sou sim um cidadão do mundo” se aplica com tanta acuidade ao quotidiano dos cidadãos de hoje.

Enquanto há apenas alguns anos a generalidade dos indivíduos centrava a sua vida e as suas relações dominantes, no seu grupo de vizinhança, na sua região e no seu país, agora já não pode viver isolado da nova dimensão global.

As novas tecnologias de informação põem cada indivíduo em contacto instantâneo e directo com todos os locais do mundo, o seu nível de relações e de emoções não se limitam já à sua comunidade, mas estendem-se a todo o planeta, como demonstrou recentemente o trágico tsunami, que não obstante ter ocorrido em regiões longínquas, entrou pelos nossos sentidos e despertou as nossas emoções e solidariedades como se tivesse ocorrido numa aldeia vizinha.

A participação dos indivíduos ganha igualmente novas dimensões territoriais. Já determinamos directamente a composição de um órgão supranacional, o Parlamento Europeu, intervimos em missões de paz e de solidariedade em diversos locais do mundo.

A dimensão institucional – O alargamento do espaço territorial trouxe como consequência a diluição dos centros de poder.

Onde antes se equacionavam os problemas de decisão que mais directamente afectavam os cidadãos apenas aos níveis nacional, regional e local, e o debate neste domínio se limitava às questões da centralização, regionalização ou desconcentração de poder, a actual situação global torna esta questão ainda mais complexa.

Surge com maior acuidade o nível supranacional, como a UE, para os europeus e, para a generalidade dos povos, um número crescente de instâncias supranacionais actantes e determinantes.



Aos níveis regionais e locais também assistimos a uma mais profunda organização da sociedade civil - ONG, Associações de Desenvolvimento Regional e Local, organizações de interesses - que progressivamente vão tomando nas suas mãos a liderança na condução de alguns processos que afectam a vida dos cidadãos.

Vivemos, sem dúvida, num mundo mais complexo.

Exige-se uma nova concepção do espaço que deverá ser encarado não como uma entidade agregada e homogénea, cuja única função é a de servir de cenário para a aglomeração, a distribuição e a interacção de populações e das suas actividades, mas antes como um território heterogéneo, cuja diversidade é determinada pelos seus conteúdos económicos, ambientais e sócio-culturais, em torno dos quais se mobilizam diferentes actores num jogo de consensos e conflitos.

A nova institucionalidade nasce de um processo profundo, e determina um estado de transição e de mudanças na natureza dos instrumentos de gestão e política.

O verdadeiro contexto actual das políticas públicas engloba novas formas de interacção e relacionamento dos agentes públicos e privados, onde o novo papel do Estado determina as reformas e os ajustamentos necessários á actuação da sociedade civil, das empresas e das comunidades.

A definição de uma política de desenvolvimento rural desenhada para o século XXI, deverá ter em conta as profundas alterações sociais que começamos a viver.

Esta política de desenvolvimento rural, a definir, não deverá assim ser encarada como mais uma política sectorial dotada dos respectivos instrumentos de apoio financeiro mas antes como uma política de desenvolvimento territorial desenhada e dirigida para as especificidades de cada território e implementada em interacção com os actores públicos e privados actuantes no território.

No contexto europeu onde nos inserimos discute-se actualmente a definição da nova política de desenvolvimento rural que guiará a Europa no próximo período de programação.

A nível da União Europeia, reflecte-se a regulamentação do novo Fundo para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, FEADER, assim como a regulamentação que condicionará a aplicação da futura política para o desenvolvimento rural. Ao nível de cada Estado Membro, dão-se os primeiros passos para a elaboração de Planos Estratégicos Nacionais e Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural.



I. PRINCIPAIS LINHAS DA PROPOSTA, DA COMISSÃO EUROPEIA, DE REGULAMENTO DE APOIO DO FEADER AO DESENVOLVIMENTO RURAL

A Comissão Europeia preparou já um documento de trabalho que, a nosso ver apresenta grandes virtualidades, cujos principais aspectos nos parecem ser os seguintes:

1. Objectivos para o Desenvolvimento Rural na Europa

Com base nas conclusões da conferência de Salzburgo (Novembro de 2003) e nas orientações estratégicas dos Conselhos Europeus de Lisboa e Gutemburgo os objectivos para o desenvolvimento rural (DR) europeu são os seguintes (ponto 9 da exposição de motivos da proposta):

1. Aumento da competitividade do sector agrícola através do apoio à reestruturação;
2. Melhoria do ambiente através do apoio á gestão do território (incluindo acções de DR relacionadas com a rede Natura 2000);
3. Melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais e promoção e diversificação de actividades económicas através de medidas dirigidas para as explorações agrícolas e outros actores rurais.

Em resumo, a importância da política de DR da UE consiste em:

- Acompanhar e complementar o prosseguimento da reforma da PAC assegurando coerência com os instrumentos de política do primeiro pilar.
- Contribuir para outras prioridades da UE tais como a gestão sustentável dos recursos naturais e a coesão económica e social.

Observamos assim, que estes objectivos genéricos, com os quais concordamos inteiramente, apontam para estratégias de desenvolvimento baseadas na gestão dos recursos endógenos, preferindo-a a outros modelos de desenvolvimento fundados na importação maciça de capital e de recursos exógenos para os territórios rurais.

2. Principais linhas de actuação

Para alcançar os objectivos descritos, a proposta de Regulamento da Comissão Europeia define 3 eixos de actuação vertical e um eixo denominado LEADER de intervenção horizontal.



As áreas de intervenção desses eixos são, resumidamente, as seguintes:

Eixo 1 - Melhoria da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Orientado para o objectivo 1 inclui medidas para a melhoria do potencial humano (formação profissional, apoio a jovens agricultores, reforma antecipada, serviços de aconselhamento), para a melhoria do potencial físico (infraestruturas, modernização das explorações agrícolas, compensação para desastres naturais), medidas de apoio à qualidade da produção (adaptação aos normativos, investimentos na qualidade, apoio à promoção de produtos) assim como o apoio à transição dos novos Estados Membros.

Eixo 2 - Gestão do território

Dirigido para o objectivo 2, inclui medidas para a sustentabilidade dos terrenos agrícolas (pagamentos compensatórios, estendidos à rede Natura 2000, medidas agro-ambientais, apoio a investimentos não produtivos) assim como para a sustentabilidade dos terrenos florestais

Eixo 3 - Diversificação da economia rural e qualidade de vida em meio rural

Procurando alcançar o objectivo 3, prevê medidas de apoio à diversificação económica (diversificação para actividades não agrícolas, apoio à criação de microempresas, turismo, serviços essenciais à vida em meio rural, renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural) assim como formação profissional nestas áreas não agrícolas e financiamento da aquisição de competências e acções de animação.

Eixo LEADER

O eixo LEADER, ao contrário dos outros 3, tem um carácter horizontal e visa manter, agora no "main stream", a abordagem estratégica ao desenvolvimento rural, na forma criada e desenvolvida pelos anteriores três Programas de Iniciativa Comunitária LEADER, cujas avaliações realizadas têm demonstrado ser muito positiva e que tem despertado o interesse generalizado das instâncias ligadas ao desenvolvimento rural em todo o mundo.

Este eixo pretende assim apoiar uma abordagem ao desenvolvimento rural baseada em:

- Planos de desenvolvimento local de base territorial
- Uma estratégia do tipo "bottom up", centrando o poder de decisão a nível local
- desenvolvimento de parcerias e trabalho em parcerias constituídas por actores públicos e privados locais.
- Uma abordagem multisectorial
- Implementação de estratégias inovadoras
- Implementação de projectos em cooperação
- Desenvolvimento de redes interlocais



Com este eixo pretende-se apoiar, em diferentes territórios locais, a aplicação de estratégias desenvolvidas através desta metodologia e enquadrando-a nos objectivos de apenas um, dois ou de todos os 3 eixos verticais referidos acima.

3. Forma de implementação prevista

A proposta de regulamento refere que, após a sua aprovação, a Comissão Europeia formulará as orientações estratégicas da União para o desenvolvimento rural, a partir das quais, cada estado membro preparará um Plano Estratégico Nacional definindo principalmente os seguintes aspectos:

- A situação económica, social e ambiental e potencialidades de desenvolvimento;
- a coerência com as orientações estratégicas comunitárias;
- as prioridades temáticas e territoriais para cada um dos eixos prioritários e do eixo LEADER;
- a lista dos programas de desenvolvimento rural a elaborar; com a respectiva imputação financeira;
- os meios previstos para a coordenação.

De forma a assegurar o equilíbrio das estratégias a apresentar pelos Estados Membros, a proposta da Comissão aponta para que cada um dos 3 eixos temáticos sejam financeiramente dotados com, pelo menos, 20% do financiamento comunitário total e que para o eixo LEADER seja reservado o mínimo de 7% desse total.

4. Outros aspectos da proposta de regulamento

A proposta refere ainda outras disposições financeiras e de gestão e acompanhamento que, neste momento, não são, contudo, tão relevantes para o desenvolvimento do trabalho que nos propomos agora elaborar.



II. POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA UM PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL

Esta proposta de Regulamento para o Desenvolvimento Rural, permite um vasto número de opções estratégicas disponíveis a cada Estado Membro, seja na definição de prioridades entre as várias medidas e instrumentos de acção propostos, seja na forma de abordagem e de implementação no terreno que pode oscilar entre as duas seguintes situações extremas:

Opção mais restritiva:

Consistirá em restringir a abordagem LEADER ao mínimo de territórios exigidos pela Comissão Europeia, pelos limites mínimos de dotação orçamental que se venham a impor e limitada esta às acções relativas ao eixo 3 do Regulamento.

Definindo Programas de Desenvolvimento Rural de carácter vertical, aplicando o eixo 1 e 2 em todo território rural nacional assim como o eixo 3 em todo o território não coberto pela abordagem LEADER.

Como foi referido no ponto 1.C), na versão inicial da proposta de Regulamento é imposto um limite mínimo de 7% da dotação financeira comunitária total do Programa para a implementação do eixo LEADER.

Ao longo das discussões que se processam este valor pode vir a ser alterado, pois têm-se verificado diversas pressões, fundamentalmente das organizações agrárias, para continuar a privilegiar a abordagem mais clássica e a um posicionamento de grande número de Estados Membros no sentido de minimizar todo o tipo de restrições financeiras.

Opção mais abrangente

Esta alternativa, que se coloca no outro extremo de opções, será a de privilegiar a abordagem territorial, criando Zonas de Intervenção em todos os territórios rurais do Estado Membro e aplicando as acções previstas nos eixos 1, 2 e 3 verticais segundo a filosofia do eixo LEADER, entregando à sociedade civil organizada toda a aplicação da política de Desenvolvimento rural.

Opções intermédias

Entre os dois extremos referidos colocam-se diferentes abordagens possíveis, onde se encontrará certamente a opção mais coerente com a realidade e as exigências nacionais neste domínio.



As opções a escolher estarão, naturalmente, condicionadas à forma como se encara o desenvolvimento sustentável, o papel dos diferentes actores na construção desse desenvolvimento, a realidade do mundo rural em Portugal, as experiências colhidas no contexto nacional assim como noutras regiões do mundo, e num esclarecedor debate e reflexão a efectuar sobre muitos destes aspectos.

Consideramos assim oportuno estimular uma reflexão sobre esta temática, explicitando diferentes pontos de vista "prospectivos" sobre o tema e uma análise sobre os principais desafios que actualmente se colocam ao Desenvolvimento rural.

Sem pretendermos ser exaustivos mas apenas com o intuito de levantar algumas das questões que nos preocupam, elencamos aqui alguns dos aspectos que nos parecem poder ter alguma relevância na definição da política a estabelecer:

1. Perspectivas sobre o desenvolvimento rural em Portugal.

As grandes opções estratégicas para o desenvolvimento dos territórios rurais não reuniram ainda o desejável consenso mínimo que se traduza nos diferentes discursos políticos e académicos que se formulam sobre o assunto.

Observamos com frequência a persistência de uma visão ainda identificada quase exclusivamente com o crescimento económico, a modernização tecnológica, a identificação dominante da ruralidade com a produção agro-pecuária e florestal, para as quais se procura o permanente acréscimo de produtividade.

Por outro lado, ouve-se também o discurso conservacionista, quase poético, que vê o meio rural como um repositório de valores tradicionais, ambientais e paisagísticos que urge preservar ou "congelar" para a fruição das populações urbanas presentes e futuras. Paradoxalmente o "desenvolvimento rural", nesta óptica, parece passar mais pelo "não desenvolvimento" no sentido mais comum.

Há também a visão, a nosso ver mais equilibrada, que pretende compatibilizar tradição e modernidade, internalizando muitos dos valores rurais ou amenidades rurais, na terminologia da OCDE, alcançando assim o crescimento económico e, sobretudo, o maior bem estar e melhor qualidade de vida das populações rurais.

Com algum humor, poderemos dizer que esta perspectiva procura perseguir o ideal Queirosiano da "casa na serra com porta de serviço para o Chiado" e, acrescentaríamos agora, com "internet de banda larga" também disponível.

O peso relativo dos aspectos económicos sociais e físicos no processo de desenvolvimento parecem ser assim também uma questão central na construção da política de desenvolvimento rural.

2. Os papéis da administração e da sociedade civil no desenvolvimento.

Tradicionalmente as políticas e programas para o desenvolvimento têm sido predominantemente desenvolvidos e controlados pela Administração.



Pensava-se assim que só a Administração Pública possuiria a competência e o 'Know How', assim como independência necessária para a formulação e implementação de programas de desenvolvimento.

A sociedade civil seria assim um sujeito passivo, teoricamente, beneficiária desse processo mas nunca um actor no seu próprio desenvolvimento.

A experiência LEADER tal como outras experiências que têm vindo a ser implementadas, mais recentemente, com sucesso, têm demonstrado que não é necessariamente assim. A Sociedade Civil, organizada de forma adequada, pode reunir as capacidades necessárias para tomar nas suas mãos a condução do processo de desenvolvimento.

A noção de que só a administração, precisamente por ser independente e não beneficiária do processo, consegue manter a objectividade necessária para não se submeter a interesses muito particulares e conseguir perseguir o "bem comum" ainda se encontra presente em muitas formas de pensar. Parece acontecer porém que esse "bem comum", precisamente por ser tão independente de interesses particulares, se pode tornar num "bem nada comum" e que afinal não serve ninguém ou poucos. Ignora também que essa suposta objectividade e independência da Administração pode não existir de facto, havendo apenas pessoas concretas por trás dos formatos de Administração ou Sociedade Civil.

Por outro lado a Sociedade Civil, que melhor conhece os problemas reais que a afectam, não deixa de ter mais dificuldade em ganhar uma visão mais ampla dos problemas, podendo cair no equívoco de resolver muitos pequenos problemas deixando permanecer o grande problema. Usando, de novo, uma imagem: cuidando talvez de algumas árvores e deixando provavelmente morrer a floresta.

3. As abordagens "top down" e "bottom up" ao desenvolvimento rural.

Tradicionalmente, o planeamento do desenvolvimento tem seguido a óptica "top down", partindo-se de grandes opções nacionais ou mesmo supranacionais e decompondo-se sucessivamente por sectores e âmbito territorial de aplicação, ganhando cada vez mais detalhe e precisão e assegurando uma maior coerência interna, mas falhando por vezes os alvos de forma preocupante.

Em contrapartida os 3 Programas LEADER, assim como algumas experiências de planeamento participativo que pontualmente no tempo e no espaço tem sido implementadas, ao seguirem a abordagem "bottom up", partindo dos problemas locais e considerando que o desenvolvimento global é alcançado como o somatório das várias estratégias territoriais definidas, não tem deixado de produzir solução muito adequadas para problemas locais, perdendo, por vezes, alguma coerência com o desperdício de alguns recursos.

4. A importância das parcerias no desenvolvimento rural.

A noção de parceria, horizontal, entre diferentes interesses presentes no mesmo território ou vertical, entre o nível territorial e outros níveis mais amplos, regional, nacional ou supranacional, parece ser uma forma de ultrapassar algumas fraquezas que a base na sociedade civil e a abordagem "bottom up" podem introduzir no sistema.



As parcerias permitem o diálogo o conhecimento e a maior empatia entre os diferentes actores do desenvolvimento. Parecem constituir também uma forma de controlo interno contrariando o aparecimento de hegemonias de qualquer sector ou grupo de interesses particulares.

Não restarão dúvidas de que as parcerias são também mais exigentes na forma de actuação e no processo de tomada de decisão e se isso pode constituir um obstáculo quando surge a necessidade de agir rapidamente talvez essa limitação não chegue para ultrapassar as várias vantagens em termos de coerência, independência e qualidade das decisões tomadas.

5. A perspectiva sectorial do desenvolvimento face à perspectiva integrada, sistémica, ou espacial.

Também tradicionalmente o planeamento do desenvolvimento tem sido orientado quase exclusivamente de forma sectorial.

Se bem que as formas de organização da sociedade, tanto mais complexa quanto mais se avança no processo de globalização, quase imponha esta forma sectorial de abordagem ao desenvolvimento, permitindo apenas as opções de análise agregada nos níveis muito superiores da organização, nacional ou supranacional, a experiência dos Programas LEADER assim como outras experiências recentes de planeamento urbano, têm chamado a atenção para esta forma de actuação e têm demonstrado que mesmo a nível local esta abordagem é possível e desejável.

Em vez de procurarmos o desenvolvimento, cada um no seu sector seja ele a saúde, o ensino, o comércio, a agricultura, a indústria, o ambiente ou qualquer outro ou ainda múltiplos subsectores destes, procura-se olhar para o território no seu todo com os seus recursos, os seus habitantes a sua organização interna e as relações que entre eles se estabelecem, procurando soluções que sirvam a todos e não se pode aceitar soluções que prejudiquem alguns.

É ainda a noção de parceria que permite alcançar este desiderato, conferindo a capacidade de decisão a todos e não a um grupo particular de interesses.

6. A dimensão económica, social e física no desenvolvimento rural.

Se bem que o aspecto económico tenda a dominar o discurso sobre o desenvolvimento em geral, é a nível local e talvez sobretudo em meio rural que os aspectos físicos e sociais assumem uma muito maior acuidade.

Mais do que o justo crescimento das condições económicas, a qualidade de vida das pessoas passa também pelos laços humanos que se estabelecem, as infraestruturas colectivas a que se tem acesso, a preservação da história, dos valores locais, do ambiente, da paisagem do ar puro, da cultura, enfim de diferentes aspectos que transcendem as questões meramente económicas ou financeiras.

Também não se podem considerar estes aspectos de forma totalmente isolada e independente. Não há projecto económico que não seja condicionado pelo meio físico em que se insere e que não produza implicações sociais. Igualmente, o crescimento económico beneficia geralmente dos investimentos no meio físico assim como da melhoria das condições sociais.



Parece que qualquer política de desenvolvimento rural deverá ter muito em conta todos estes aspectos.

7. Planificação do desenvolvimento rural rígida ou planificação flexível.

O desenvolvimento espontâneo ou sem plano, se bem que assuma por vezes grande pujança e dinamismo, não deixa de gerar várias externalidades negativas e por vezes problemas estruturais de ultrapassagem muito difícil.

Por outro lado, o desenvolvimento planificado de forma muito rígida perde, por vezes, a capacidade de adaptação às alterações de contexto que são actualmente cada vez mais rápidas.

As próprias dinâmicas geradas num processo de desenvolvimento tornam, por vezes, obsoletos planos cuidadosamente elaborados passado pouco tempo.

Parece-nos que a noção de flexibilidade pode ser, muitas vezes, crucial no planeamento do desenvolvimento sobretudo na sua fase de execução.

O sucesso já atingido com a implementação dos Programas LEADER, é também devido à capacidade de adaptação às condições de terreno que foram encontrando e à flexibilidade de que foram dispendo.

8. Tradição e modernidade num processo de desenvolvimento rural.

O processo de desenvolvimento impõe uma mudança. Naturalmente, não procuramos desenvolver para que tudo fique na mesma, mas quando falamos de desenvolvimento rural e procuramos baseá-lo na valorização dos recursos endógenos, na internalização de algumas amenidades, na conservação de saberes e práticas tradicionais, podemos questionar-nos sobre onde e como introduzir a inovação e a modernidade.

Este é um tema permanentemente aberto e fonte de muitas polémicas quando analisamos actuações concretas em termos de programas de desenvolvimento rural.

9. Centralização ou descentralização financeira, na aplicação de políticas de desenvolvimento rural.

Na gestão da aplicação de fundos públicos a concentração do controlo nas administrações públicas tem sido considerado como um facto natural.

A experiência dos Programas LEADER, com a dotação de subvenções globais a órgãos da sociedade civil, mantendo em sucessivos níveis da administração funções de controlo, tem demonstrado que não existe uma regra absoluta.

A descentralização financeira tem permitido uma maior agilização da utilização de ajudas financeiras, uma melhor adequação às necessidades reais e alguma desburocratização de procedimentos, permitindo substituir, com sucesso, alguns mecanismos de controlo indirecto pela observação e o contacto directo com os beneficiários.



Em termos da análise de fraudes e sobre o mau uso de fundos públicos, as diversas auditorias e avaliações efectuadas, nomeadamente na União Europeia não têm detectado qualquer deficiência nesta forma de aplicar fundos públicos, antes pelo contrário.

Não obstante estas constatações, verifica-se ainda uma enorme desconfiança relativamente a esta descentralização financeira por parte das administrações centralizadas, camuflando talvez outra questão, de enorme relevância, mas que se prende mais com a localização dos centros de poder.

10. Desenvolvimento local face ao desenvolvimento regional e nacional.

Basear a estratégia de desenvolvimento rural numa forma de intervenção tipo LEADER, fundada na intervenção numa óptica local com intervenções autonomizadas em territórios de relativamente pequena dimensão pode levantar a questão da coerência regional, nacional ou mesmo europeia dessa política.

A experiência LEADER tem demonstrado que o diálogo e a cooperação entre territórios, a intervenção conjunta em áreas mais vastas, que têm aliás aumentado ao longo dos 12 anos em que estas iniciativas comunitárias têm sido implementadas, são um factor determinante para assegurar a necessária coerência estratégica com os níveis superiores ao local, sem prejudicar a acuidade e independência que especificidades locais podem exigir.

Todavia este é também um aspecto a ter em conta na definição de estratégia para o desenvolvimento.

11. O papel das ADL no processo de desenvolvimento.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm sido, em Portugal, a forma preferencial de organização da sociedade civil para assumir um papel activo no processo de desenvolvimento.

Constituídas como parcerias, muitas vezes públicas e privadas, reunindo vários actores económicos e sociais ou, noutros casos, constituídas em torno de uma ideia ou de um interesse mais específico, as ADL têm tido um papel de crescente intervenção, quer como motores desse mesmo processo, no caso das intervenções LEADER mas também, de forma crescente, no âmbito de outros programas para o desenvolvimento, ou simplesmente como beneficiárias desses programas, levando a cabo projectos específicos nas respectivas áreas de interesse.

Na definição de estratégia para o desenvolvimento o papel das ADL, a sua manutenção e mesmo o seu fortalecimento parece ser também um aspecto a ter em conta.

12. Sinergias e transferibilidade no processo de desenvolvimento, o papel das redes.

No processo de desenvolvimento local em meio rural, sobretudo quando ele se conduz de uma forma “bottom up” e se procura incentivar a inovação, surgem por vezes ideias e projectos de grande criatividade.



Por vezes, também, a exploração de um aspecto novo de determinado recurso ou a sua exploração de nova maneira pode desenvolver sinergias, dando origem à reanimação ou criação de uma pequena economia baseada nesse recurso, seja, por exemplo, um lugar geográfico com notáveis atributos paisagísticos que uma vez descoberto por um pequeno projecto atrai múltiplos outros investimentos ou, outro exemplo, a recuperação, com fins iniciais meramente arquitectónicos, de um ou dois velhos moinhos que retomam a sua produção, desaparecida há muito, voltam a estimular a produção agrícola de variedades tradicionais de cereal e recomeçam a produção de um novo velho tipo de pão.

Exemplos como estes podem encontrar-se, entre os milhares de intervenções LEADER e reflectem um dos aspectos mais interessantes e importantes da prática destes Programas de Iniciativa Comunitária.

Ainda, em muitos casos, intervenções inovadoras e interessantes em determinado local podem ter aplicabilidade noutro ou noutros locais, com características afins, mesmo que por vezes localizados a grande distância, talvez noutros países.

A transferibilidade destas experiências impõe o seu conhecimento e o seu intercâmbio. O desenvolvimento de redes ligadas ao desenvolvimento rural, muito utilizadas na abordagem LEADER, parecem ser assim um instrumento eficaz a considerar no desenho de uma política de desenvolvimento.

13. O controlo de actividades de desenvolvimento rural, rigidez ou flexibilidade.

Assim como no planeamento as questões da rigidez ou flexibilidade também se colocam na forma de organizar o controlo.

Torna-se determinante encontrar o justo balanço entre a necessidade de salvaguardar a boa aplicação de fundos públicos e o combate à fraude por um lado e o excesso de burocracia e de atenção a meras questões formais e acessórias, introduzindo normas que podem, por vezes, perturbar ou mesmo impedir a criatividade e a boa fluência na implementação de estratégias.

14. Desenvolvimento agrícola no desenvolvimento rural.

O discurso sobre o desenvolvimento rural tem assumido, ao longo do tempo, diferentes perspectivas que, de certa forma se interpenetram, não estando ainda totalmente estabilizadas.

Há alguns anos, não muitos, toda a ruralidade se identificava com a agricultura e todo o desenvolvimento rural podia limitar-se ao desenvolvimento agrícola.

Mais recentemente tem crescido uma visão mais ampla da ruralidade, a valorização das questões ambientais e culturais, o reconhecimento da existência ou possibilidade de existência de uma economia que transcende a agricultura.

Nalgum discurso moderno chega-se mesmo ao extremo de declarar a agricultura morta, retirando-a dos objectivos políticos de desenvolvimento rural.



Pensamos que qualquer filosofia que procure estabelecer a dicotomia agrícola/rural, como aspectos contraditórios ou concorrentes não traduz uma compreensão da realidade do mundo rural.

Julgamos que qualquer estratégia para o desenvolvimento rural deve procurar uma visão global, sistémica considerando a inter-relação entre agricultura e a economia rural não agrícola, como aliás o já faz a proposta de Regulamento para Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia.

15. As relações com o meio urbano no processo de desenvolvimento rural

O pensamento actual enquadra os homens no meio urbano como se fosse esse o seu habitat natural, a própria definição estatística de ruralidade é feita por oposição ao meio urbano. Rural é o que não é urbano.

No entanto, historicamente, é o rural que precede o urbano e foi o processo civilizacional que foi promovendo a concentração humana, não como uma forma alternativa de organização humana mas para responder à necessidade de concentrar o acesso a bens e serviços, com ganhos de economias de escala.

Não obstante esta evolução civilizacional, se hoje já não podemos conceber um mundo centrado no meio rural, também não é possível concebê-lo como exclusivamente urbano.

A cidade precisa do campo como o campo da cidade, não é assim possível conceber uma política de desenvolvimento rural ignorando completamente o meio urbano e as permanentes e fundamentais inter-relações que se estabelecem.

Se falarmos então de pequenas e médias comunidades urbanas em meio rural essa inclusão torna-se essencial.

A população actual concentra-se nos centros urbanos e constitui a clientela consumidora dos bens e serviços produzidos no meio rural, além de ser também fornecedora de bens e serviços essenciais para o meio rural. Assim, não nos parece possível conceber qualquer estratégia para o desenvolvimento rural que ignore o meio urbano procurando isolar o meio rural numa redoma virtual.

...

Estes são apenas alguns aspectos relevantes que apresentamos com o intuito de ilustrar algumas das nossas preocupações, e que pensamos deverão ser equacionados na futura definição de política de desenvolvimento rural para Portugal.

